



cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP16, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 4.666 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RODRIGO VANDERLEI CABRAL DE SOUSA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) TADEU ALENCAR, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 4.667 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RUTH SHEILA DE MORAES FAYA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) HUGO LEAL, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

CARLOS AUGUSTO LIMA DE AZEVEDO

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 2.166, DE 30 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso III, do Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, combinado com a Resolução nº 11, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.012587/2018-81, resolve:

fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, e no art. 222, inciso VII, alínea "b", item 4, da Lei nº 8.112/1990, alterada pela Lei nº 13.135/2015, e no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003, c/c a Lei nº 10.887, de 18/06/2004, e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão a SILVIA ROSA DE SOUZA ALVES, na condição de cônjuge, pelo período de 15 (quinze) anos, no percentual de 100% (cem por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor VALDENIR ROSA DE SOUSA, matrícula 32247, a partir da data do óbito, 28/06/2018.

MARCIO TANCREDI

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 148, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e com base na Emenda Regimental nº 36, de 2 de dezembro de 2009, resolve:

Prorrogar, pelo período de seis meses, a partir de 9 de setembro de 2018, a designação do Juiz Federal PAULO CESAR VILLELA SOUTO LOPES RODRIGUES, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para continuar atuando como Juiz Instrutor no Gabinete do Ministro Luis Roberto Barroso, conforme Portaria nº 49, de 2 de março de 2018.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 636, DE 23 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000007926-3, resolve:

autorizar a cessão do servidor Alessandro Rodrigues da Costa, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o cargo de Ajudante Parlamentar Júnior, AP-01, no Gabinete do Senador Davi Alcolumbre, no Senado Federal.

Ministro LUIZ FUX

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 663, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 35 e no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria TSE nº 755, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Exonerar PAULO CESAR BHERING CAMARÃO do cargo em comissão de Assessor I, Nível CJ-1, do Gabinete do Diretor-Geral, da Secretaria do Tribunal.

Art. 2º Nomear PAULO CESAR BHERING CAMARÃO para exercer o cargo em comissão de Assessor I, Nível CJ-1, da Assessoria Especial, da Secretaria-Geral da Presidência.

RODRIGO CURADO FLEURY

PORTARIA Nº 664, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.9.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar:

I - ELESBÃO DE ARAÚJO BARROSO FILHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Segurança, da função comissionada de Assistente V, Nível FC-5, da Secretaria de Segurança e Transporte;

II - FELICIO MASSAHIRO SONODA, Analista Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente II, Nível FC-2, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Art. 2º Designar:

I - FELICIO MASSAHIRO SONODA, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente V, Nível FC-5, da Secretaria de Segurança e Transporte;

II - FLAVIA DE FREITAS NASCIMENTO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente II, Nível FC-2, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

RODRIGO CURADO FLEURY

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 454, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no art. 35, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar, com efeitos a partir de 31 de julho de 2018, MÁRCIA DE LIMA MAGARELLI, matrícula S019393, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4, da Coordenadoria de Taquigrafia Multimídia, da Secretaria dos Órgãos Julgadores, em decorrência de sua aposentadoria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO 6.552.613, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0005207-80.2014.4.01.8000, em sessão realizada no dia 19/07/2018, resolve:

ALTERAR, em parte, o Ato Presi 6489545, de 23/07/2018, publicado no DOU2 de 25/07/2018, a fim de que a convocação do Juiz Federal JOSÉ ALEXANDRE FRANCO para substituir a Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES, por motivo de férias, ocorra no período de 03/09 a 02/10/2018.

Des. CARLOS MOREIRA ALVES

ATO Nº 6.523.170, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0003237-22.2017.4.01.8006, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor GILVANI FERRAZ TORRES DE CARVALHO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com a vantagem prevista no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97, art. 62-A da Lei 8.112/90 e art. 16 da Lei 11.416/2006.

Des. CARLOS MOREIRA ALVES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ATO Nº 260, DE 13 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0007189-09.2018.4.04.8000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais, a teor do disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, com base na remuneração do cargo efetivo, ao servidor CLOVIS AZEVEDO DE SALDANHA SOUZA, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Informática, Nível Superior, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no artigo

62-A da Lei nº 8.112/90, dispositivo acrescentado pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/01, incorporada nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.911/94, e o Adicional de Qualificação-Especialização, previsto nos artigos 14, caput, e parágrafo 5º, e 15, inciso III, ambos da Lei nº 11.416/06, observado o teto constitucional previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/03.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

ATO Nº 284, DE 26 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0004092-89.2018.4.04.8003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais, a teor do disposto no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c os artigos 2º e 5º, da EC nº 47/05, com base na remuneração do cargo efetivo, ao servidor MAURICIO HIDEO OKAMOTO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Nível Intermediário, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente da Seção Judiciária do Paraná, com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/90, dispositivo acrescentado pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/01, incorporada nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.911/94, acrescido do Adicional de Qualificação-Graduação, previsto nos arts. 14 e 15, inciso VI, da Lei nº 11.416/06, com redação dada pela Lei nº 13.317/16, regulamentados pela Portaria Conjunta 02-STF, publicada em 10/08/16, observado o teto constitucional previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/03.

CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 235, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, com fundamento no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal, c/c o art. 16, inciso XXIII do Regimento Interno, e tendo em vista o que conta no PA 0001079-37.2017.4.05.7600, resolve:

Alterar o fundamento legal do Ato 284, de 16 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial Eletrônico da 5ª Região, no dia 21 de maio do mesmo ano, que concedeu aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais a ROSANA MITIDIERI FERNANDES, servidora do Quadro de Pessoal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, matrícula 437, em virtude do deferimento da integralização dos proventos, nos termos dos artigos 190 e 186, § 1º, da Lei 8.112/90, a partir de 11/12/2017.

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 144, DE 14 DE JULHO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 1.014, de 16 de junho de 2016, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, incluídas suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, MARCELO HONÓRIO DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do exercício da Função Comissionada FC-04, na Seção de Autuação e Distribuição de Processos.

Art. 2º Designar THAISE MARA MORAIS DE AZEVEDO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para o exercício da Função Comissionada FC-04, na Seção de Autuação e Distribuição de Processos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 29/6/2018.

PEDRO BERNARDES